



1 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**
2 **Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**
3 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca**

1
2 **Ata da I Reunião Ordinária 2023 do Conselho Municipal do Meio Ambiente de**
3 **Pontal do Paraná - CONSEMMA**
4

5 Foi realizada a I Reunião Ordinária do CONSEMMA, no dia vinte e três de fevereiro
6 de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, na sala de reuniões da Prefeitura
7 Municipal de Pontal do Paraná e online através da plataforma *Google Meet*.
8 Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Jackson Cesar Bassfeld –
9 Presidente do CONSEMMA (Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e
10 Pesca/PMPPR), Flávia Caroline Deable Zacarias (Secretaria Municipal de Meio
11 Ambiente, Agricultura e Pesca /PMPPR), Gilberto Keserle (Secretaria Municipal de
12 Turismo e Desenvolvimento Econômico/PMPPR), Emilson Carlos Kopp (COPEL)
13 Leticia Fernandes Andres (Secretaria Municipal de Saúde/PMPPR), Izair Marcelino
14 da Veiga (Colônia de Pescadores Z5 - de Pontal do Paraná) e online: Alyne Cunha
15 (AMCORESPP), Juliano Dobis (Associação MarBrasil), Guilherme Zavataro
16 (SANEPAR), Roberto S. J. (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal
17 do Paraná).

18 As pautas chamadas são: o início das atividades de 2023; o calendário das
19 reuniões ordinárias; a deliberação referente ao Plano de Aplicação do Fundo
20 Municipal de Meio Ambiente (FMMA); reestruturação do conselho; aprovação do
21 Termo de Participação do projeto de pesquisa de doutorado "Instituições e Êxito
22 Participativo: Uma Análise de Conselhos de Políticas Públicas Paranaenses" pela
23 doutoranda Juliana Ferreira da Silva. O Sr. Jackson iniciou a reunião realizando a
24 leitura das pautas e lembrando que as mesmas já haviam sido repassadas aos
25 membros do conselho. Dito isso, Sr. Jackson prosseguiu iniciando pela pauta
26 referente a aprovação do termo de participação do projeto de pesquisa da
27 doutoranda Juliana Ferreira da Silva. Ao se iniciar a discussão sobre esta pauta, é
28 lembrado que no ano passado já havíamos encaminhado a proposta da
29 doutoranda aos membros do conselho, e que o CONSEMMA foi escolhido como
30 objeto de estudo devido a sua transparência. O Sr. Jackson abre espaço aos
31 membros do conselho para deliberação do termo de participação da doutoranda
32 Juliana Ferreira da Silva e posterior encaminhamento da ficha de preenchimento
33 necessária para que a doutoranda apresente junto a sua coordenação e possa
34 participar das reuniões do conselho. A Sra. Flávia lembra que a pauta já havia
35 sido encaminhada aos membros do conselho desde o ano passado. O Sr. Jackson
36 sugere que caso algum membro seja contrário a aprovação, se manifeste. Então, o
37 Sr. Jackson cita: "Ok, proposta aprovada por unanimidade". O Sr. Jackson segue a
38 reunião com a pauta em relação ao calendário das reuniões ordinárias, informando
39 que posteriormente o calendário seria encaminhado via grupo (whatsapp) e cita as
40 datas pré agendadas, sendo: "23/02/2023, 27/04/2023, 29/06/2023, 31/08/2023,
41 26/10/2023 e 14/12/2023", salientando que havendo a necessidade de Reuniões
42 Extraordinárias as convocações serão feitas via mídias sociais (whatsapp/e-mail).
43 Seguindo a reunião, o Sr. Jackson inicia a discussão com relação a deliberação do
44 Plano de Aplicação do Fundo Municipal do Meio Ambiente e lembra que no ano
45 passado havia sido realizado e aprovado um Plano de Aplicação, e que na



9 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

10 **Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**

11 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca**

46 sequência houve um expediente do Ministério Público solicitando que o
47 CONSEMMA elaborasse um regimento interno para a utilização dos recursos do
48 FMMA, foi elaborada uma redação e em seguida repassada aos conselheiros e
49 procuradoria jurídica. Posteriormente foi publicado o Decreto 10.787 de 17 de
50 janeiro de 2023, dispositivo legal para aplicação dos recursos. O Sr. Jackson
51 prossegue informando que é necessário deliberar sobre o Plano de Aplicação dos
52 recursos e que uma das situações que o Ministério Público abordou é com relação
53 a implementação de um cronograma das aplicações, porém o Sr. Jackson cita: "[...]
54 é difícil estabelecer um cronograma se os projetos sequer foram apresentados ao
55 CONSEMMA[...]", e ainda questiona como é possível atender a essa solicitação? O
56 Sr. Roberto então solicita a palavra e sugere que os possíveis projetos sejam
57 encaminhados ao CONSEMMA (áudio comprometido). O Sr. Jackson ressalta que
58 o Plano de Aplicação 2023 seguiu o modelo do Plano de Aplicação 2022 e que os
59 recursos do fundo aumentaram de acordo com os depósitos feitos pela SANEPAR,
60 ele ainda informa o seguinte: "[...] hoje o Fundo municipal do Meio Ambiente tem o
61 recurso de R\$ 1.312.093,34 (um milhão trezentos e doze mil e noventa e três reais
62 e trinta e quatro centavos). O Sr. Jackson destaca que foram utilizadas as mesmas
63 proporções, com algumas reduções e acréscimos em função do que já se sabe que
64 haverá demanda maior em 2023 referente ao uso dos recursos, sendo assim as
65 proporções foram distribuídas da seguinte maneira: Estudos, Planos e Projetos
66 Ambientais (25%) correspondendo a R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil),
67 Comunicação e Publicidade (10%) correspondendo a R\$ 131.000,00 (cento e trinta
68 e um mil). O Sr. Jackson reforça até a presente data toda "Comunicação e
69 Publicidade" envolvendo, sobretudo boas práticas para a gestão de resíduos foram
70 com recursos próprios da Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca,
71 através de diversas campanhas abordando a temporada 2022/2023, outdoors,
72 televisão, rádio, entre outras mídias digitais utilizadas. O Sr. Jackson prossegue
73 salientando que "Comunicação e Publicidade" é parte de um processo de
74 Educação Ambiental junto com a SMED, na promoção de cartilhas e outras
75 possibilidades de uso. O Sr. Jackson segue a reunião com a continuação dos
76 informes referentes as proporções da utilização do fundo, com relação as Unidades
77 de Conservação, composta por duas unidades que o município de Pontal do
78 Paraná possui, necessitam serem cadastradas junto ao Instituto Água e Terra e
79 seus respectivos Planos de Manejo, ao qual foram destinados 20% do montante
80 total disponível, e que corresponde a R\$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois
81 mil). Na sequência, "Máquinas e Equipamentos de Apoio" foram disponibilizados
82 30%, correspondendo a R\$ 394.000,00 (trezentos e noventa e quatro mil). Para
83 "Fiscalização, Monitoramento e Controle Ambiental" foram destinados (5%),
84 correspondendo a R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil). O Sr. Jackson cita: "[...] com
85 isso restaria uma reserva financeira de 10%, ou 131.093,34 [...]". O Sr. Jackson
86 informa: "[...] não é necessário deliberar na reunião, pode ser encaminhado via
87 whatsapp para alguma adequação, e se não houver divergências, pode-se iniciar a
88 votação [...]". A AMCORRESP então questiona: "[...] os valores já aprovados em
89 2022 que temos passa a valer nessa pauta da proposta? [...]". O Sr. Jackson
90 comenta que esse valor já não é mais válido "caducou", pois ainda não tinha
91 regimento interno do FMMA e houve questionamentos do Ministério Público, então,
92 para não haver insegurança jurídica, foi elaborado o regimento interno. Atualmente

12
13
14
15
16



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

17 a necessidade é deliberar a respeito do Plano de Aplicação, e se houver algum
18 componente não adicionado, precisa ser revisado e apresentado pelos
19 conselheiros. O Sr. Jackson comenta ainda, que dentro da rubrica " Estudos,
93 Planos e Projetos" existem alguns temas, como: Plano Municipal de
94 Gerenciamento Costeiro, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, os
95 componentes com relação as Unidades de Conservação, e para isso, requer
96 recursos e contratação de assessoria que possa efetuar os estudos necessários,
97 que incluem: cadastramento, geoprocessamento, inventários e estudos ambientais.
98 A Sr. Flávia (Secretária Executiva) lembra que o Plano não está em deliberação de
99 valores, mas sim em relação a distribuição desses recursos, por seguimento,
100 dentro do Plano de Aplicação. O Sr. Jackson exemplifica: "[...] na aquisição de
101 máquinas [...] a AMCORRESP apresenta o projeto dentro do que está estabelecido
102 no regimento interno, criamos uma câmara técnica que vai analisar o projeto e
103 considera-se que pra aquisição de máquinas tem R\$ 394.000,00 disponível [...]".
104 Sr. Juliano comenta que achou pouco a proporção destinada para " Fiscalização,
105 Monitoramento e Controle Ambiental " e propõe um aumento de 5%, passando
106 para 10%. O Sr. Jackson comenta que para atender a proposta do Sr. Juliano a
107 reserva financeira ficaria mais baixa, ou teria que diminuir os valores de algumas
108 rubricas. O Sr. Juliano então questiona: "[...] seria prejuízo retirar 5% do destinado
109 para máquinas que é a rubrica com maior percentual? [...]". O Sr. Jackson então
110 comenta que os custos desses equipamentos de apoio são bem altos e qualquer
111 retirada do recurso disponível para essa rubrica pode acarretar na inviabilidade da
112 aquisição. O Sr. Jackson ainda relembra que à medida que entram recursos isso
113 pode ser reavaliado, na fiscalização por exemplo, a maior dificuldade é otimizar o
114 processo de fiscalização, a utilização de softwares específicos, tablets, drones. O
115 Sr. Juliano sugere parceria e contratação de serviços Mapa Biomas para contribuir
116 com a fiscalização. O Sr. Jackson então responde que já são utilizados serviços do
117 Mapa Biomas além de recursos recentes como da ortofoto do município. O Sr.
118 Guilherme comenta que sentiu a necessidade de ações de preservação e
119 recuperação de recursos hídricos dentro do Plano de Aplicação, sejam mananciais
120 ou rios urbanos, e solicita que o conselho ajude nesse aspecto, levando em conta
121 os recursos recebidos pela SANEPAR. A Sr. Flávia então sugere a mudança na
122 nomenclatura do plano e incluir o tema dentro de Unidades de Conservação. A
123 conselheira ainda prossegue registrando os presentes na reunião, sendo: a
124 Secretaria de Turismo, o Sr. Emilson (Copel), o Sr. Lico (Colônia Z5) e a Sra.
125 Letícia (Secretaria de Saúde). O Sr. Jackson informa que a proposta do Plano será
126 refeita e repassada aos conselheiros com as alterações necessárias. A Sra. Leticia
127 comenta que considera suficiente 5% destinado para fiscalização considerando a
128 impossibilidade de contratação de recursos humanos. O Sr. Jackson indaga:
129 "podemos deliberar? Caso alguém seja contrário se manifeste". A Sra. Flávia então
130 abre o documento pertinente para que os membros do conselho possam visualizar
131 e realizar a leitura antes da deliberação. Seguindo, a Sra. Flávia então informa que
132 a nomenclatura "Unidades de Conservação Municipais" passará para "Unidades
133 de Conservação Municipais e Áreas de Mananciais Hídricos". O Sr. Jackson então
134 aponta aprovação da pauta por unanimidade. A pauta seguinte é com relação a
135 reestruturação do conselho. A conselheira Sra. Flávia aponta algumas instituições
136 que não possuem participação e representatividade dentro do conselho. Será

20
21
22
23
24



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

25
26
27
140 solicitado a participação ativa e a atualização dos respectivos representantes. Com
141 relação aos representantes Sr. João (Associação de Moradores) e Sr. Jhonny
142 (Naguar) que saíram do conselho, essas instituições permanecem sem
143 representação, por isso faz-se necessário a abertura de um edital de convocação,
144 e os interessados que comparecerem passarão por uma análise e irão eleger por
145 votação a representação. A conselheira Flávia informa ainda a necessidade de
146 remoção da representação da Associação dos Usuários do Canal DNOS, pois não
147 existe. Com o descumprimento das normas estabelecidas pelo conselho, e
148 somando 3 faltas consecutivas, o Rotary tem possibilidade de exclusão de acordo
149 com o regimento, com isso, faz-se necessário para possível representação
150 referente ao Clube de Associações e Serviços. O Sr. Roberto informa que o Rotary
151 está em processo de recriação e com isso é possível a continuidade do Rotary na
152 composição do conselho. O Sr. Juliano questiona a validade dessas alterações de
153 representações. A Sra. Flávia, segue dizendo que com relação ao Rotary a
154 discussão fica em aberto. Dando prosseguimento, a Sra. Flávia indaga a falta de
155 participação da Polícia Militar Ambiental, que já passaram de três faltas
156 consecutivas. O Sr. Juliano solicita a palavra e comenta sobre a importância da
157 representação e participação da Polícia Militar Ambiental, principalmente em
158 questões de fiscalização e orienta para que reforce o diálogo. O Sr. Roberto pede a
159 palavra e ressalta: "[...] a presença da Polícia Militar Ambiental nas reuniões é bem
160 importante e com a facilidade de participação online é só uma questão de
161 organização [...]". A Sra. Flávia comenta que a Polícia Militar Ambiental sempre foi
162 comunicada das reuniões com antecedência, com comprovação de e-mails
163 enviados para o Batalhão, e que não estão no grupo do Conselho porque optaram
164 por não estar, então a falta de organização não é por parte do conselho. O Sr.
165 Jackson informa que o expediente será encaminhado ao Comando da Força Verde
166 do litoral, contendo o questionamento se ainda há o interesse em fazer parte do
167 Conselho, e havendo o interesse enfatizar a necessidade de observar o regimento
168 interno. O Sr. Jackson prossegue dizendo: "[...] outra a questão para discutir se em
169 algum momento há conflito de interesses entre Força Verde e Prefeitura [...]". O Sr.
170 Juliano pede a palavra e cita: "[...] conflito de interesses se for analisar bem, todos
171 tem um relacionamento ou interesse no momento, não caberia essa questão a
172 Força Verde, até pela transparência do Conselho [...]", o Sr. Juliano complementa
173 sua fala dizendo: "[...] resalto que em nenhum momento em minha fala ou do Sr.
174 Roberto indiquei que a Sra. Flávia está falhando na convocação dos conselheiros,
175 o não comparecimento não é por falta de chamamento e sim por motivos internos
176 do Batalhão [...]". O Sr. Roberto se pronuncia (áudio inaudível). A Sr. Flávia
177 comenta sobre o próximo item referente a um representante dentre as
178 comunidades tradicionais localizadas em Pontal do Paraná, não se vê efetividade
179 desse item da Lei, a dificuldade de trazer comunidades Indígenas para dentro do
180 conselho, desde 2018 nunca houve essa possibilidade, então a proposta é a
181 remoção deste item. O próximo item seria a inclusão de um Representante dentre a
182 Rede de Proteção Animal. O Sr. Lico comenta que não concorda com a
183 participação online e que os conselheiros devem estar presencialmente
184 participando das reuniões para discutir situações importantes, como a destinação
185 dos recursos. O Sr. Jackson relembra que na última reunião essa questão foi
186 colocada em pauta, por conta da dificuldade de deslocamento, as reuniões ficaram

28
29
30
31
32



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

33
34
35
187 no formato híbrido. A Sra. Flávia exemplifica que no caso do Sr. Guilherme
188 (representante da SANEPAR), que mora em Guaratuba, fica difícil comparecer. O
189 Sr. Lico sustenta que para definir pautas importantes do Conselho e que o sistema
190 online favorece o não comparecimento dos conselheiros as reuniões, e com isso,
191 cada vez menos pessoas participariam de forma presencial. A Sra. Flávia reforça a
192 importância da representatividade, e como a visão do sistema híbrido nem sempre
193 é a visão da comunidade tradicional. A conselheira Flávia reforça ainda que é
194 importante entender o ponto de vista do Sr. Lico, que transmite a visão de toda
195 comunidade da Pesca. O conselheiro Juliano comenta com relação ao sistema
196 híbrido e solicita que seja compartilhado uma tabela da composição atual do
197 conselho e as alterações. O Sr. Roberto comenta (áudio inaudível). O Sr. Gilberto
198 (Secretaria de Turismo) comenta sobre a fala do Sr. Lico a respeito do sistema
199 híbrido e ressalta a dificuldade em participar das reuniões, apesar da questão já ter
200 sido deliberada, sugere que ao as reuniões ao longo do ano sejam realizadas de
201 forma alternada, ou seja, três reuniões online e três reuniões presenciais, com isso
202 evitaria ausências ou o não comparecimento. O Sr. Roberto salienta que
203 principalmente com a pandemia esses recursos se tornaram importantes, pois
204 permitem que os conselheiros que viajam participem das reuniões e ainda cita: "
205 [...] qual a diferença de estar sentado aí ou aqui na tela? [...]". O Sr. Juliano reforça
206 o que foi dito pelo Sr. Roberto dizendo que o formato híbrido é mais inclusivo,
207 então não faz sentido deixar em um formato só. A Sra. Flávia informa que irá
208 encaminhar a proposta para alteração do conselho. Segue enfatizando quanto a
209 equidade que o Sr. Juliano, ficariam 8 GOVs e 8 não GOVs o Secretário entraria
210 como voto de minerva. Considerando que a Secretaria de Meio Ambiente é voto de
211 minerva, ficariam 7 GOVs e 8 não GOVs. A Sra. Flávia lembra ainda que tem a
212 proposta de incluir a Rede de Proteção Animal, que será realizado edital. O Sr.
213 Jackson segue a reunião com assuntos gerais. O conselheiro Juliano comenta a
214 respeito do cadastramento das Unidades de Conservação e de que forma é
215 possível colaborar. O Sr. Jackson comenta ainda que na semana passada na
216 reunião surgiu a questão que o IAT lançou um comunicado com o prazo de
217 15/03/2023 para o cadastramento das duas Unidades de Conservação, diferente
218 do que constava no edital anterior, com isso buscou-se assessorias especializadas
219 em cadastramento de Unidades de Conservação, foram realizadas as cotações,
220 porém a preocupação era com o tempo hábil para realizar o cadastramento. Foi
221 realizado contato com a diretoria específica do IAT de Unidades de Conservação,
222 que trata do ICMS ecológico que atualizaram o prazo para 30/04/2023 para
223 cadastramento de novas Unidades de Conservação. Esse processo encontra-se
224 com o pregoeiro da Secretaria de Administração e Finanças e faz-se necessário a
225 deliberação dos valores propostos para esses estudos, para o Parque Municipal do
226 Manguezal e a Restinga. A Sra. Flávia comenta que as três propostas passariam
227 pelo Prefeito que caso der continuidade, segue para o jurídico. Após o
228 encaminhamento das propostas, seria em torno de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
229 O Sr. Jackson segue se referindo a duas áreas indígenas delimitadas, não
230 possuem dispositivo legal as transformando em áreas indígenas efetivamente, caso
231 o atual governo forneça os dispositivos legais, homologando as áreas indígenas em
232 Pontal do Paraná, estas também serão passíveis do recebimento do ICMS
233 ecológico. O Sr. Juliano ressalta outra situação, referente a uma casa localizada no

36
37
38
39
40



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca


41
42
43
234 Pontal 2, a maré derrubou toda a estrutura da casa composta por telhas de amianto
235 e para retirada desse material é necessário o uso de maquinário, como uma
236 retroescavadeira. A Sra. Flávia relembra que foi orientado a abrir um pedido formal,
237 através de um protocolo e até o momento não foi recebida. O Sr. Roberto comenta
238 (áudio prejudicado). Então, a conselheira Flávia informa que irá encaminhar dois
239 processos referentes aos pedidos de cancelamento de multa ambiental, com as
240 justificativas do indeferimento, caso haja alguma consideração deverá ser
241 repassado através do grupo de informações. O Sr. Jackson faz os agradecimentos
242 finais e a reunião encerra às quinze horas e quatorze minutos.

243 Em tempo: os recursos para a assessoria técnica, para o cadastramento das Ucs
244 no sistema do IAT, não são oriundos do FMMA – Jackson Bassfeld (29/03/2023).

245
246
247
248
249
250



Jackson Cesar Bassfeld
Presidente do CONSEMMA



Flávia Caroline Deable Zacarias
Secretária Executiva do CONSEMMA

44
45
46
47
48



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Plano de Aplicação do Fundo Municipal do Meio Ambiente CONSEMMA- FMMA-2023

O Conselho Municipal do Meio Ambiente do Município de Pontal do Paraná, criado pela LEI Nº 91, DE 2 DE JULHO DE 1998. Que tem por finalidades de assessorar, estudar e propor as diretrizes políticas governamentais para o Meio Ambiente, deliberar no âmbito de sua competência sobre recursos em processos administrativos, normas e padrões relativos ao Meio Ambiente no território Municipal. (Redação dada pela Lei nº 1804/2018), em atendimento ao disposto no § 3º Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - *IV - Elaborar, analisar e aprovar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 1804/2018)*, bem como ao disposto no Decreto nº 10.787, de 17 de janeiro de 2023, que “Aprova o Regimento Interno do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA e da outras providências”. No âmbito da Presidência do CONSEMMA, apresentamos para discussão e posterior deliberação do CONSEMMA, o Plano de Aplicação do FMMA - 2023, recursos que se destinam principalmente para: apoio de planos, programas, projetos, aquisições de máquinas e equipamentos que visem atender as políticas públicas ambientais. As propostas submetidas ao CONSEMMA seguirão para as apreciações e os seus respectivos cronogramas serão de acordo com as aprovações estabelecidas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

PLANO DE APLICAÇÃO FMMA	
Estudos, planos e projetos ambientais (25 %)	R\$ 328.000,00
Comunicação/Publicidade (10 %)	R\$ 131.000,00
Unidades de Conservação Municipais e Áreas de Mananciais Hídricos (20 %)	R\$ 262.000,00
Aquisição de máquinas, equipamentos e material de apoio (30 %)	R\$ 394.000,00
Fiscalização, monitoramento e controle ambiental (5 %)	R\$ 66.000,00

Saldo disponível fevereiro/2023 - R\$ 1.312.093,34
Reserva financeira (10%) - R\$ 131.093,34
Plano de Aplicação fev/2023 – R\$ 1.181.000,00

Atenciosamente,

Jackson Cesar Bassfeld
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8153-7A22-3E75-B43C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JACKSON CESAR BASSFELD (CPF 611.XXX.XXX-20) em 29/03/2023 14:37:13 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/8153-7A22-3E75-B43C>